

PRÁTICAS COMPARTILHADAS E O SAGRADO NOS MUSEUS: OBSERVAÇÕES SOBRE A COLEÇÃO NOSSO SAGRADO

Pamela de Oliveira Pereira¹

*Nota*²

RESUMO

A coleção Nosso sagrado é o ponto de partida para as discussões apresentadas neste artigo. A partir de exemplos, abordaremos as tensões geradas pela presença de objetos religiosos e sagrados em acervos quando as práticas em museus levam em consideração também os usos rituais dos itens em questão.

*

A coleção Nosso sagrado, como vem sendo denominado pelas lideranças religiosas da umbanda e candomblé o conjunto de 519 itens transferido do Museu da polícia civil do Rio de Janeiro para o Museu da República (MR/IBRAM), é o caso de estudos apresentado neste artigo, no qual pretendemos abordar algumas reflexões sobre as tensões geradas pela guarda, conservação e exposição de objetos religiosos e sagrados nos museus.

A apreensão de objetos das religiões Afro-brasileiras foi uma prática constante realizada pela Polícia da Corte, no século XIX, e continuada na República a partir do cumprimento dos artigos 155, 156 e 157 do Código Penal de 1890 que versavam sobre a prática ilegal da medicina e do curandeirismo, da magia e de seus sortilégios.

Atabaques, fios de contas, vestimentas e ferramentas de orixás, ibás ou assentamentos de orixás compunham o conjunto que, no primeiro momento, possuía caráter educativo na formação de novos policiais.

¹ Museóloga e doutoranda em memória social (PPGMS-Unirio). Atua na organização e gestão de acervos. Membro do Comitê para o desenvolvimento de coleções (COMCOL/ICOM) e do Observatório do patrimônio religioso fluminense.

² O presente artigo foi parcialmente apresentado na Conferência Internacional do COMCOL (Comitê para o desenvolvimento de coleções do ICOM – Conselho internacional de museus) intitulada Reimagine collecting: how collecting can inspire the future, realizada no Instituto Ricardo Brennand, Recife, Brasil, entre os dias 20 a 25 de setembro de 2021. O trabalho intitulado Respect our sacred: tensioning museum practices será publicado em inglês nos anais do evento.

Posteriormente, o conjunto foi exposto ao lado de outros objetos apreendidos e que configuravam o museu do crime: armas, objetos de cunho integralista e fascista, dinheiro falsificado, entre outros.

Figuras 1 e 2 – Acervo Nosso Sagrado



Crédito: Oscar Liberal/IPHAN

Em pesquisas anteriores (Pereira 2016, 2017), analisamos o histórico de formação da coleção a partir do conceito de biografia cultural das coisas, de Igor Kopytoff (2008), compreendendo as múltiplas categorias nas quais os objetos foram enquadrados ao longo dos anos, como provas de crime, como objetos museológicos, pedagógicos e como patrimônios nacionais. A partir de entrevista realizada com lideranças religiosas, compreendeu-se que na perspectiva das comunidades de terreiro a presença dos objetos no Museu da Polícia significava a prisão do próprio sagrado e, por consequência, de todo o povo de terreiro.

A coleção foi considerada patrimônio nacional através de tombamento efetuado em 1938, quando recebeu a denominação *Coleção de Magia Negra*, um ano após a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo o primeiro registro do Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, que completou oitenta anos de sua inscrição em 2018.

A partir de 1980 estabeleceu-se um processo de disputa em torno da coleção e sua restituição foi reivindicada pelo povo de terreiro, que

considerava ilegítima a forma de aquisição dos objetos. Até o ano de 2018 as negativas da instituição policial foram constantes, ausentando-se do diálogo com as comunidades tradicionais, proprietárias originais dos objetos expostos e que apresentou, em diversos momentos, o discurso de caráter salvacionista em relação ao patrimônio, isto é, o Museu da Polícia considerava que os objetos não mais existiriam se não houvessem sido confiscados de forma violenta nos terreiros.

Entende-se que os pedidos de restituição dos objetos sagrados afro-brasileiros compõem uma situação de controvérsia pública em relação à memória. Compreendida como fato social no processo pelo qual se constitui e se formaliza, com ênfase no papel dos atores envolvidos, nota-se que estão evidenciados os momentos de disputa entre memórias concorrentes (POLLAK 1989,1992).

Em relação à decolonização em museus e suas relações com a memória, é preciso refletirmos sobre o passado e, sem dúvidas, sobre o presente, o que se evidencia nas palavras de Homi Bhabha: "(...) o crítico deve tentar apreender totalmente e assumir a responsabilidade pelos passados não ditos, não representados, que assombram o presente histórico" (Bhabha 2019, p.36). Sobre a relação com a memória, Bhabha comenta: "Relembrar nunca é um ato tranquilo de introspecção ou retrospecto. É um doloroso relembrar, uma reagregação do passado desmembrado para compreender o trauma do presente" (Bhabha 2019, p. 112).

As desigualdades raciais no Brasil contemporâneo refletem a forma como se entendeu e construiu a noção de raça, primeiramente atrelada a fatores biológicos e posteriormente como elaborações a nível social. A comercialização de pessoas negras escravizadas do continente africano para o *novo mundo* proporcionou a base para a consolidação do sistema de exploração que viria a fundamentar o capitalismo. Para Paul Gilroy (Gilroy 2007), não é possível pensar *modernidade* apartada da *colonialidade*, pois ambas se entrelaçam e fundamentam. Noções modernas como individualidade, subjetividade, tempo, verdade e beleza tomaram como ponto comparativo a África, sendo estas referências tomadas numa escala hierarquizante e inferior.

Paul Gilroy aponta para a importância de construção de uma distância temporal para ratificar o estabelecimento destes locais: representantes do passado, categorizados como pré-históricos e pré-políticos (Gilroy,

2007). Raça, logo, constitui-se num momento em que: “os corpos humanos passaram a comunicar as verdades de um Outro irrevogável, as quais eram então confirmadas por uma nova ciência e uma nova semiótica no momento mesmo em que a luta contra a escravidão racial atlântica estava sendo travada” (ibid, p. 81).

As ciências sociais funcionam como dispositivos de saber e poder que tiveram papel fundamental na construção de um outro, atreladas à noção de controle e violência epistêmica, as quais serão marcas da colonialidade. É o Estado-Nação o centro do controle e as ciências sociais serão “plataforma de observação científica sobre o mundo social” e servirão como legitimadoras do poder regulador do Estado (Gomez 2005). Para se criar a noção de cidadania, faz-se necessário o estabelecimento da barbárie em contraposição. A primeira categoria cria um tipo ideal: Branco, homem, casado, heterossexual, disciplinado, trabalhador, dono de si mesmo; já a segunda contempla todos os outros que naquela não se encaixam. A legitimação dessas categorias nos termos jurídicos e de direitos culmina no que é entendido como violência epistêmica.

As categorias binárias sustentaram as ciências sociais, produzindo alteridades: “barbárie e civilização, tradição e modernidade, comunidade e sociedade, mito e ciência, infância e maturidade, solidariedade orgânica e solidariedade mecânica, pobreza e desenvolvimento. Dessa forma, permeiam os modelos analíticos das ciências sociais (Gomez, 2005). Nesse sentido, percebe-se a influência desses modelos analíticos também nas ciências sociais aplicadas e, por consequência, nas práticas museológicas dos séculos XIX e XX. O museu terá papel fundamental na materialização daquelas categorias binárias tanto na Europa quanto nas Américas.

O museu consolida-se como marco civilizatório quando seus contornos institucionais são delimitados, principalmente como integrante da própria formação dos Estados Nacionais. Os museus foram essenciais para a construção de um outro, localizados em espaços-tempo distintos de forma hierarquizante e que, ao longo do século XIX e XX, foram representados nos museus, principalmente aqueles vinculados à etnologia.

Estes objetos, em grande parte, foram adquiridos através da pilhagem ou roubo e formam ainda hoje as grandes coleções europeias. Entretanto, isso não se deu sem a resistência dos *grupos de origem* que nas últimas décadas reivindicam a repatriação dos considerados *objetos*

museológicos, mas que em primeira instância, são divindades e até mesmo ancestrais, no caso dos remanescentes humanos.

Movimentações semelhantes ocorrem, inclusive, no interior de antigas colônias. É o caso da campanha *Liberte Nosso Sagrado*, ocorrida no Rio de Janeiro, composta por lideranças religiosas da umbanda e candomblé, representantes da sociedade civil, membros da comunidade acadêmica, entre outros, que teve início em abril de 2017. A partir da realização de audiências públicas, vistorias no Museu da Polícia, intensa mobilização por meio das redes sociais e articulação política na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, iniciou-se o processo de negociação com a Polícia civil do estado do Rio de Janeiro para transferência do acervo. Por meio de uma ação no Ministério Público, ocorreram avanços que culminaram no sucesso do aceite de parte das reivindicações.

A campanha *Liberte Nosso Sagrado* constituiu-se de ações pela reivindicação de dois pontos principais: em primeiro lugar, a mudança de nome do conjunto que, na perspectiva das lideranças religiosas, evidencia o caráter racista de sua formação e, em segundo lugar, da transferência do conjunto para outro museu. Em 21 de setembro de 2020, este ato ocorreu e o total de 519 itens, dos quais 126 são tombados pelo IPHAN, foi recepcionado no Museu da República (IBRAM) por *iyalorixás* e *babalorixás*, marcando, assim, o início um novo capítulo dessa história.

Figura 3 – Cartaz Liberte Nosso Sagrado



Fonte: Reprodução

Prática em museus em relação ao religioso e ao sagrado

A noção de objeto, tão cara à museologia e aos estudos em cultura material, deve ser questionada quando se conjuga ao religioso e ao sagrado. Como o museu deve proceder quando os “objetos” que constituem seus acervos são, em primeira instância, ou seja, para aqueles que os criaram ou com os quais possuem íntima relação, ancestrais e/ou divindades? Em última instância, profissionais de museus deparam-se com questões éticas que atravessam fronteiras geográficas, culturais e religiosas.

Da mesma forma, está sob essa influência o tratamento concedido àqueles “objetos” que constituem o fazer religioso, sendo necessária a distinção entre as categorias “sagrado” e “religioso”. Todo objeto “sagrado” é religioso, mas nem todo objeto religioso é “sagrado”, resume Crispim Paine (2013). Nesse sentido, o autor destaca interseções entre os fazeres religiosos e museológicos, quando menciona a manipulação de determinados objetos de forma especificada por seu grupo religioso, por exemplo, apenas realizado por pessoas iniciadas na religião, ou ainda com restrições particulares, como a impossibilidade de toque relativa ao gênero: em determinados casos homens não podem manipulá-los, ao passo que em outros às mulheres é negado o manuseio.

A complexidade trazida pela entrada de objetos religiosos em uma instituição museológica, principalmente em se tratando de museu público, é proporcional à responsabilidade demandada para o tratamento técnico e abordagem a partir de um conceito que figura em inúmeros documentos oficiais do campo dos museus: Respeito. A noção é abrangente e por isso exige dos profissionais de museus especial atenção às singularidades de cada item e grupo a este relacionado.

Alguns documentos da área buscam abordar as singularidades do tratamento de objetos sagrados, como é o caso do Código de Ética do Conselho Internacional de Museus, documento que unifica e norteia as práticas dos profissionais de museus em nível internacional. O documento original foi aprovado por unanimidade em 1986, modificado posteriormente em 2001 e revisado em 2004. Além de afirmar o respeito às crenças ou religiões de grupos de origem durante a aquisição e exposição de objetos sagrados, no item 2.5 trata sobre as condições necessárias para isso:

“2.5 Materiais culturais “sensíveis” ou que podem ferir sensibilidades Os acervos de remanescentes humanos e de material de caráter sagrado devem ser adquiridos somente se puderem ser conservados em segurança e tratados com respeito. Isto deve ser feito de acordo com normas profissionais, resguardando, quando conhecidos, os interesses e crenças da comunidade ou dos grupos religiosos ou étnicos dos quais os objetos se originaram. (ver também 3.7; 4.3)” (p. 21)

O código traz o tratamento com respeito como condição para aquisição de materiais culturais sensíveis, exemplificado a partir de remanescentes humanos e objetos sagrados. A segunda frase do trecho citado trata de uma questão amplamente discutida pela comunidade internacional de museus: o respeito aos interesses e crenças das comunidades de origem, sejam elas étnicas ou religiosas. Em muitos casos, as tipologias de objetos referenciadas foram incorporadas aos acervos de museus a partir de práticas de espoliação. Dessa forma, como seria possível levar a cabo a prática de contato entre comunidades e museus?

Tomando como ponto de partida o caso da restituição do *sagrado*, buscaremos identificar práticas que levem em consideração a noção de *respeito*, analisando três perspectivas: a conservação, a documentação e a difusão de acervos. Destaca-se que o diálogo entre profissionais e lideranças religiosas é essencial para a execução de práticas respeitadas. A busca pela gestão compartilhada, no caso de coleções nesse formato, tende a ser uma alternativa viável.

No caso aqui apresentado, optou-se pela criação de um conselho consultivo com representação de casas e terreiros de umbanda e candomblé participantes da campanha. Para isso oficializou-se, ao final de audiência realizada em 19 de abril de 2021, a conformação de um grupo de trabalho que, a partir de reuniões periódicas com a equipe técnica e gestora do museu, é corresponsável pelas ações de preservação que levem em consideração o caráter sagrado do conjunto.

Na ocasião foram relatados alguns exemplos que serão úteis para a análise empreendida neste trabalho. No dia da transferência do conjunto, foi indicado por ogã de uma das casas representadas que os atabaques deveriam ser acondicionados na vertical, nunca na horizontal. Para isso, a equipe do museu desenvolveu um protótipo de suporte que cumprisse a função solicitada. Isto é, trata-se de uma ação de conservação preventiva que visa preservar a materialidade do objeto, levando em consideração a indicação da maneira como o mesmo seria mantido caso ainda integrasse

uma casa de culto e o tratamento a ele concedido quando cumpre sua função sagrada.

Outro exemplo diz respeito à documentação e à ação do conselho consultivo que será responsável por renomear os itens, que levam ainda as denominações realizadas pelo Museu da Polícia e que carregam, em muitos casos, viés preconceituoso e, ainda, errôneo, no caso da identificação dos usos e funções ou mesmo da relação dos objetos aos orixás com os quais se relacionam. O ato de renomear possibilita, assim, a reescrita da história do conjunto, que passará a novamente estar circunscrito ao circuito religioso e sagrado de onde foi retirado ao ser considerado *prova de crime*.

A difusão do conjunto também será negociada com o grupo de trabalho, pois compreende-se que alguns itens não deverão ser expostos ou acessados pelo público em geral, tendo em vista serem parte integrante do *sagrado* que não deve ser visto por aqueles de *fora* das religiões. Destacamos que, nesses casos, pode-se criar alternativas que permitam ao público o acesso às informações relativas aos itens, sem que para isso sua materialidade seja exposta fisicamente ou por meio de imagens.

Compreende-se que há inúmeras possibilidades de abordagem para a prática em museus a partir de uma perspectiva de *respeito* aos grupos religiosos; não há, portanto, um protocolo único a ser seguido. No entanto, a manutenção do diálogo entre os grupos representados e os profissionais de museus poderá, sim, funcionar como importante ponto de partida para que esse ideal seja atingido.

Os tensionamentos gerados por esse contato podem vir a criar barreiras e impossibilitar determinadas ações de conservação e exposição planejadas, entretanto, não devem ser vistas como impeditivas para o desenvolvimento conjunto de atividades. Incorporar práticas colaborativas e compartilhadas no cotidiano das instituições é um ganho para o campo dos museus e priorizá-las é um dos caminhos possíveis na busca de práticas mais simétricas.

Considerações finais

Entendemos que processos de repatriação e novas formas de gestão compartilhada de coleções estão, mais do que nunca, no bojo das discussões atuais. Destacamos que isso não seria possível sem as

reflexões empreendidas no sul-global, incluindo aqui a realidade brasileira no contexto da América latina.

É o caso da Mesa redonda de Santiago do Chile, que neste ano comemora 50 anos, na qual profissionais dos museus latino-americanos sublinharam o papel social dos museus. Não podemos esquecer que o movimento iniciado em 1972 influenciou diretamente as iniciativas de museologia social desenvolvidas no Brasil nas últimas décadas, das quais destacamos os museus comunitários e o programa Pontos de Memória.

Outra referência relevante no cenário contemporâneo é o processo de atualização da definição de museu sob responsabilidade do ICOM, aprovada na 26ª Conferência Internacional realizada em Praga, na República Tcheca. A nova definição é resultado de uma larga pesquisa que contou com a participação de comitês nacionais, incluindo o Brasil. A tradução ainda não oficial para o português é:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento (grifo nosso).

A noção de *participação das comunidades* é, sem dúvida, uma alteração que pode vir a proporcionar uma mudança de paradigma na museologia a nível global. A compreensão sobre essa relação entre pessoas e objetos depende objetivamente de um lugar de escuta por parte daqueles que fazem o museu. Em se tratando de objetos religiosos e sagrados este espaço de diálogo torna-se ainda mais necessário, tendo em vista serem materiais sensíveis.

Dessa forma, percebemos que as alterações propostas pela nova definição de museu, apesar de ainda não incluir alguns conceitos-chave como a repatriação, ou mesmo a ideia de descolonização, aponta para novas possibilidades em relação à função da instituição no presente, mas principalmente no futuro.

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

GILROY, Paul. **Entre campos**: Nações, culturas e o fascínio da raça. São Paulo: Annablume, 2007.

GOMES, Edlaine de Campos. BIZARRIA, Júlio César de Lima. PEREIRA, Pamela de Oliveira. Destruição e resistência de imagens e objetos: políticas de morte e memória. **Ensaio sobre memória** (Vol.2). Leiria: Instituto Politécnico de Leiria. pp 118-156.

GOMEZ, Santiago Castro. Ciências Sociais, violência Epistêmica e o problema da invenção do Outro. In: LANDER, E. (coord.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, 2005

KOPYTOFF, Ygor. A biografia cultural das coisas: A mercantilização como processo. In.: APPADURAI, Arjun (org). **A vida social das coisas**: As mercadorias sob uma perspectiva cultural. EdUFF, 2008.

PAINE, Crispin. **Religious objects in museums**: private lives and public duties. London: Bloomsbury Academic, 2013.

PEREIRA, Pamela. Novos olhares sobre a coleção de Magia Negra. In: Gomes, E. C. Oliveira, P. **Olhares sobre o Patrimônio Religioso**. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2016: pp. 150-181.

_____. Novos olhares sobre a coleção de objetos sagrados Afro-brasileiros sob a guarda do museu da polícia: da repressão à repatriação. 2017. 115f. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS/UNIRIO).

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.